

**LINHA DE CRÉDITO DE APOIO  
AOS PRODUTORES DE  
LEITE DE VACA E SUÍNOS**

Decreto-Lei n.º 237/2015, de 14 de Outubro

**CONTRATO**

RESERVADO AO IFAP	
N.º Projeto	_____
N.º Beneficiário	_____
Banco / Balcão	_____

**1 – ENTRE A INSTITUIÇÃO DE CRÉDITO (I.C.)**

Designação Social \_\_\_\_\_ Cód. Banco / Balcão \_\_\_\_\_

Balcão \_\_\_\_\_ N.º da Operação \_\_\_\_\_

**2 – E O(S) MUTUÁRIO(S)**

Nome / Designação Social \_\_\_\_\_

Morada / Sede social \_\_\_\_\_

Localidade \_\_\_\_\_ Cód. Postal \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_

Telefone \_\_\_\_\_ Fax \_\_\_\_\_ E-mail \_\_\_\_\_

NIF/NIPC \_\_\_\_\_ N.º Benef. IFAP \_\_\_\_\_ N.º Sócio CCAM \_\_\_\_\_

Estado Civil \_\_\_\_\_ Regime de Casamento \_\_\_\_\_

Nome do Cônjuge \_\_\_\_\_

Conservatória do Registo Comercial de \_\_\_\_\_

Matrícula N.º \_\_\_\_\_ Capital Social Realizado \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_

É celebrado o presente contrato  inicial /  alteração n.º \_\_\_\_\_ cujos pressupostos constam das cláusulas e condições gerais seguintes:

**3 – CRÉDITO E CONDIÇÕES CONCEDIDAS**

3.1 – Montante Crédito Bonificado	3.2 – Bonificação de juros	3.3 – Período de Utilização	3.4 – Período de Reembolso	3.5 – Contagem de Juros
_____	80 %	_____ Meses	_____ Meses	<input checked="" type="checkbox"/> Anual

**4 – PLANO FINANCEIRO**

4.1 – Utilização Prevista			4.2 - Reembolso		
N.º	Data (dd/mm/aaaa)	Montante	N.º	Data (dd/mm/aaaa)	Montante
1	_____	_____	1	_____	_____
2	_____	_____	2	_____	_____
3	_____	_____	3	_____	_____

**5 – TAXAS DE JURO**

5.1 – Taxa de Juro Nominal	5.2 – Taxa Anual Efetiva (*)
_____, _____ %	_____, _____ %

(\*) TAE calculada de acordo com D.L. n.º 220/94 de 23/08

**6 – DATA DE CELEBRAÇÃO DO CONTRATO**

\_\_\_\_\_ (dd/mm/aaaa)

**7 – CONTAS A MOVIMENTAR NO ÂMBITO DO PRESENTE CONTRATO**

7.1 – Da IC: Conta Depósitos à Ordem N.º \_\_\_\_\_

7.2 – Do Mutuário: Conta Depósitos à Ordem N.º \_\_\_\_\_

## 8 – CONDIÇÕES GERAIS

### 8.1 – DESTINO DO EMPRÉSTIMO

O empréstimo é destinado a disponibilizar meios financeiros para apoio a encargos de tesouraria ou de investimento associados à atividade, dos produtores de leite de vaca cru e de suínos (Decreto-Lei nº 237/2015, de 14 de Outubro).

### 8.2 – UTILIZAÇÃO DO EMPRÉSTIMO

O empréstimo é utilizado no período e nas datas previstas em 4.1.

### 8.3 – JUROS

8.3.1 – O empréstimo vence juros à taxa anual estabelecida em 5.1, ajustável por simples aviso da IC ao(s) Mutuário(s) em função das variações que venha a sofrer a taxa que for aplicável a operações de natureza e prazo idênticos.

8.3.2 – Os juros são postecipados, fazendo-se a sua contagem dia a dia sobre o capital utilizado e efectivamente em dívida, vencendo-se nas datas de vencimento das amortizações.

8.3.3 – Os juros são pagos pelos mutuários deduzidos das bonificações, sendo debitados sob aviso na conta D/O do(s) mutuário(s) referida em 7.2.

### 8.4 – BONIFICAÇÃO

8.4.1 - Em cada período de contagem de juros e ao longo da duração do empréstimo, é atribuída a bonificação de juros estabelecida em 3.2. de acordo com o nº 5 do artigo 6º, dom Decreto-Lei nº 237/2015, de 14 de Outubro.

8.4.2 - A percentagem fixada no número anterior é aplicada sobre a taxa de juro nominal máxima, em vigor no início de cada período de contagem de juros, até ao limite de 4,5% (tendo em conta a taxa de referência, criada pelo Decreto-Lei n.º 359/89, de 18 de outubro, em vigor no início de cada período de contagem de juros e fixada pela portaria n.º 502/2003, de 26 de junho).

8.4.3 – As bonificações são calculadas nas datas dos vencimentos de juros e têm início um dia após a data da 1.ª utilização efectiva.

8.4.4 – A cobertura orçamental dos encargos financeiros é assegurada por verbas nacionais do Orçamento de Investimento do Ministério da Agricultura e do Mar da responsabilidade do IFAP, IP e creditadas pelo IFAP na conta da Instituição de Crédito referida em 7.1 na data do vencimento dos juros a que respeitam.

8.4.5 – Cessa o direito à bonificação, podendo haver lugar ao estorno das bonificações já processadas:

- No caso de incumprimento pelo(s) Mutuário(s) das obrigações de natureza financeira decorrentes deste contrato;
- No caso de a IC, por outro motivo, exigir o reembolso antecipado do seu crédito;
- No caso de o(s) Mutuário(s) violar(em) as obrigações previstas em 8.8;
- No caso de falsas declarações prestadas pelo(s) Mutuário(s), relativamente aos parâmetros que fundamentaram a concessão do crédito.

### 8.5 – AMORTIZAÇÕES

8.5.1 – Os empréstimos são amortizados nas prestações referidas em 4.2, vencendo-se a primeira amortização, no máximo, dois anos após a data prevista para a primeira utilização do crédito.

8.5.2 – As prestações de amortização são debitadas nas respectivas datas de vencimento pela IC, sob aviso, na conta D/O do(s) Mutuário(s) referida em 7.2 .

8.5.3 – Mediante acordo com a IC, o(s) Mutuário(s) pode(m) amortizar antecipadamente o empréstimo. No caso de amortização parcial, os pagamentos são imputados à última ou últimas prestações de amortização, salvo acordo em contrário comunicado e aprovado pelo IFAP.

### 8.6 – DESPESAS

Correm por conta do(s) Mutuário(s) e são por ele(s) paga(s), directamente ou após aviso pela IC, as despesas inerentes à celebração e execução deste contrato, bem como as de constituição e extinção de garantias e as extrajudiciais, incluindo honorários de advogado e solicitador, que a IC faça para a cobrança do que lhe seja devido.

### 8.7 – OUTRAS OBRIGAÇÕES

O(s) Mutuário(s) obriga(m)-se expressamente:

- Assegurar a utilização dos fundos mutuados exclusivamente para os fins indicados em 8.1, e a informar o IFAP sobre o recebimento de quaisquer outros auxílios de minimis, concedidos ao abrigo do Reg. (UE) 1408/2013, de 18 de Dezembro.
- A manter o exercício da actividade durante o período de vigência deste empréstimo;
- A fornecer à IC e ao IFAP todos os elementos por estes solicitados acerca da aplicação do empréstimo;
- A manter a sua conta D/O referida em 7.2 provida para efeito dos débitos previstos neste contrato, a realizar pela IC;
- A não dar de exploração, locar ou por qualquer forma onerar, no todo ou em parte, sem autorização escrita da IC, os bens dados ou a dar em garantia do empréstimo, sob pena de vencimento imediato e automático de toda a dívida;
- A celebrar contrato de seguro, nos termos indicados em 9.4, mantendo actualizados os capitais seguros e pagando pontualmente os prémios;
- A enviar à Instituição de Crédito as certidões ou declarações de situação regularizada perante a Administração Fiscal e Segurança Social.

### 8.8 – MORA E INCUMPRIMENTO

8.8.1 – No caso de mora do(s) Mutuário(s) no pagamento de qualquer das prestações do empréstimo, incide sobre o montante dessa prestação, a contar do respectivo vencimento e até pagamento, a taxa nominal acrescida da sobretaxa de 3%, ou da que esteja legalmente estabelecida para a mora, sem prejuízo do estabelecido nos números seguintes.

8.8.2 – No caso de incumprimento pelo(s) Mutuário(s) de qualquer das suas obrigações, vence-se automaticamente toda a dívida, tornando-se consequentemente exigível tudo o que constitui crédito da IC.

8.8.3 – A IC pode não exigir o pagamento de toda a dívida, sem prejuízo do agravamento resultante de mora, e de eventuais alterações contratuais destinadas a reforçar a garantia do crédito, desde que o(s) Mutuário(s), para tanto, apresente(m) justificação da situação de incumprimento.

8.8.4 – O agravamento em razão da mora apenas incide sobre todo o capital desde que a IC exija o respectivo pagamento integral.

### 8.9 – CONTAS

8.9.1 – Todos os movimentos a realizar entre a IC e o(s) Mutuário(s) no âmbito deste empréstimo, designadamente o crédito do capital mutuado e os débitos de juros e prestações de reembolso, são efectuados na conta D/O do(s) Mutuário(s) referida em 7.2, ficando a IC por este(s) expressamente autorizada para o efeito.

8.9.2 – Todos os movimentos a realizar entre a IC e o IFADAP no âmbito deste contrato, nomeadamente o crédito das bonificações e o débito de estornos, são processados através da conta referida em 7.1, ficando o IFAP para o efeito expressamente autorizado pela IC.

### 8.10 – CONTROLO E FISCALIZAÇÃO

O controlo do crédito concedido constitui prerrogativa da IC e do IFAP que, para o efeito, podem, designadamente, exigir do(s) Mutuário(s) informações, elementos e documentos julgados necessários.

## 9 – OUTRAS CONDIÇÕES

9.1 – Os efeitos deste contrato estão condicionados à sua aprovação pelo IFAP.

9.2 – Foro competente:

---

9.3 – Garantias:

---

---

---

9.4 – Seguros:

---

---

---

9.5 – Outros:

---

---

## 10 – LOCAL, DATA E ASSINATURAS

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

A I.C.

O(s) Mutuário(s)

Ass.: \_\_\_\_\_

Ass.: \_\_\_\_\_

Ass.: \_\_\_\_\_

Ass.: \_\_\_\_\_

---

## 11 – RECONHECIMENTO DE ASSINATURAS

---

## 12 – A UTILIZAR PELO IFAP

---